

## EDUCAÇÃO, INFÂNCIA E CULTURA DIGITAL: UM ENSAIO SOBRE OS EFEITOS DA HIPERSEXUALIZAÇÃO NO ENSINO E APRENDIZAGEM

### *EDUCATION, CHILDHOOD AND DIGITAL CULTURE: AN ESSAY ON THE EFFECTS OF HYPERSEXUALIZATION ON TEACHING AND LEARNING*

SANTOS, Amanda Ribeiro <sup>1</sup>  
NASCIMENTO JUNIOR, Francisco de Assis<sup>2</sup>

#### RESUMO

O artigo examina a hipersexualização infanto juvenil, especialmente em mangás, *manhwas*, *manhuas* e animes. Essas representações moldam a percepção dos jovens e impactam a dinâmica da sala de aula. A influência da literatura, das redes sociais e plataformas digitais também é discutida, destacando os riscos à formação da identidade e à saúde mental dos jovens. A legislação brasileira enfrenta desafios para proteger os jovens nesse contexto. A pedagogia da mídia e a maturidade ilusória também são abordadas como fatores relevantes.

**Palavras-chave:** Hipersexualização; Cultura pop. Mangás; *Manhwas*. *Manhuas*; Animes; Educação; Redes sociais.

#### ABSTRACT

The article examines the hypersexualization of children and adolescents, especially in mangas, *manhwas*, *manhuas* and animes. These representations shape young people's perceptions and impact classroom dynamics. The influence of literature, social networks and digital platforms is also discussed, highlighting the risks to young people's identity formation and mental health. Brazilian legislation faces challenges in protecting young people in this context. Media pedagogy and illusory maturity are also addressed as relevant factors.

**Keywords:** Hypersexualization; Pop cultur; Mangas; *Manhwas*. *Manhuas*; Anime; Education; Social media.

---

<sup>1</sup> Acadêmica da UFSB), atualmente matriculada no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, no Campus Sosígenes Costa, em Porto Seguro. Atua como pesquisadora nas áreas de ciências humanas aplicadas, história do direito, direitos humanos, direitos constitucionais, direito administrativo, direito penal e direito processual. Atualmente, está vinculada ao Banco de Projetos de Bolsa de Apoio à Permanência (BAP) na UFSB. **Email:** amanda.ribeiro@gfe.ufsb.edu.br

<sup>2</sup> Graduado em Física, mestre em Ensino de Ciências (Física) pelo Instituto de Física e doutor em Educação pela Faculdade da USP. Francisco é professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) da UFSB. Diretor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências do Campus Sosígenes Costa da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB - IHAC). E-mail: [francisco.nascimento@ufsb.edu.br](mailto:francisco.nascimento@ufsb.edu.br)

## INTRODUÇÃO

A presença da cultura *pop* nas relações de ensino e aprendizagem tem sido amplamente defendida por diversos autores, como Georges Snyders (2001), Piassi (2003), Ramalho (2003) e Nascimento (2017). Essa abordagem inclui diferentes mídias, como a ficção científica, a música e as histórias em quadrinhos. A cultura *pop* é construída a partir da relação de consumo entre a pedagogia da mídia e produtos que, originalmente, não são pensados como fins didáticos. Isso direciona nosso olhar para os efeitos do consumo da cultura *pop* na construção da identidade do sujeito consumidor nos processos educativos.

Segundo Douglas Kellner, um dos mais destacados teóricos da pedagogia da mídia, a cultura midiática se transformou na principal força de socialização, ultrapassando instituições tradicionais como a família e a escola. Ele argumenta que a mídia cria novos modelos de identidade, estilo, moda e comportamento, impactando diretamente a formação dos jovens (Kellner, 2023). O autor Georges Snyders, por sua vez, enfatiza a importância da alegria no processo de aprendizagem. Ele defende que a educação deve ser prazerosa e significativa, permitindo que os alunos se envolvam profundamente com os conteúdos estudados. A leitura no período de conforto, como proposto por Snyders, sugere que os alunos devem ter momentos de leitura prazerosa, onde possam explorar temas de seu interesse, como os mangás, de forma descontraída e reflexiva (Snyders, 2001).

Portanto, levando em conta esses fatores analisamos sob a perspectiva psicopedagógica, efeitos do uso excessivo de tecnologias digitais entre os jovens, assumindo como base epistêmica autores como: Machado de Assis (1900), Paulo Freire (2003), Zaluar (1986), Gil (2002), Fernandes (2001), Abbagnano (1971), Knobel (1992), Egypto (1991), Bárbara Amorim e André Holanda (2023), Georges Snyders (2001), Fernando Büscher von Teschenhausen Eberlin (2017), Debord (1997), Ana Carolina Brochado Teixeira e Maria Carla Moutinho Nery (2021).

Destacam-se na literatura relacionada à cultura *pop* os mangás, *manhwas*, *manhuas* e animes pelo potencial pedagógico no contexto educacional. Essas formas de mídia, originárias da cultura oriental, podem estimular a criatividade e imaginação das crianças e adolescentes. Quando utilizados adequadamente em sala de aula, esses materiais podem ser considerados uma forma de leitura que combina palavras, ilustrações, quadros e balões, formando a linguagem característica dessas mídias. No entanto, é importante considerar que muitos desses materiais

apresentam representações hipersexualizadas, o que pode influenciar a percepção e o comportamento dos jovens durante seu período de formação de identidade. (Teixeira; Nery, 2021). Destarte, podem causar um desequilíbrio cognitivo, intensificando distúrbios de atenção, transtornos obsessivos, ansiedade e problemas de linguagem e comunicação, afetando diretamente a aprendizagem.

Contudo, a literatura infantil pode aprimorar o desempenho linguístico, tornando-se uma ferramenta eficaz para combater a hipersexualização e promover valores e comportamentos saudáveis. É importante destacar que a literatura infantil é uma ferramenta essencial para professores e escolas, promovendo uma formação crítica e ativa. Através dela, a criança explora sua criatividade e imaginação, ajudando-a a distinguir valores muitas vezes esquecidos pela sociedade. Ampliar as experiências com a literatura infantil, alinhando a criatividade dos textos com atividades pedagógicas, desenvolvendo a compreensão e interação das crianças por meio de atividades lúdicas (Coelho, 1997, p. 27).

Seguindo o pensamento de Paulo Freire (2003), a educação deve ir além da simples transferência de conhecimento, criando possibilidades para a produção ou construção do próprio conhecimento (Freire, 2003).

No contexto da hipersexualização infantojuvenil na era digital, isso implica em uma educação que não apenas informa os jovens sobre os riscos e implicações da hipersexualização, mas também os capacita a se protegerem e a agirem como agentes de mudança em suas próprias vidas e na sociedade. Com base nessas perspectivas teóricas, analisam-se os efeitos da hipersexualização infantojuvenil e seus impactos na literatura e educação na era digital, com um foco particular nas histórias em quadrinhos orientais. Além disso, propomos soluções práticas para mitigar esses efeitos, promovendo uma abordagem crítica e consciente do consumo de cultura *pop* na educação.

## **MATERIAL E MÉTODO**

Desse modo, a abordagem metodológica adotada neste artigo é o ensaio teórico, a partir do levantamento bibliográfico de caráter transversal. Trata-se de uma pesquisa fundamentada na literatura científica do campo da educação, inovações legislativas disponíveis em bases de dados como Google Acadêmico, SciELO, Projuris, Academia.Edu e Portal Capes.

A investigação bibliográfica é frequentemente empregada em estudos exploratórios ou descritivos, especialmente quando o tema de estudo é pouco explorado, dificultando a

formulação de hipóteses precisas e aplicáveis. A escolha deste tipo de pesquisa para tais estudos está relacionada ao fato de que o contato com o objeto de estudo é feito por fontes literárias. Assim, a investigação bibliográfica permite um amplo acesso a informações, além de possibilitar o uso de dados dispersos por uma infinidade de publicações, contribuindo também para a formação, ou para uma melhor definição do quadro conceitual que envolve o tema de estudo proposto (Gil, 1987). É essencial destacar a distinção entre metodologia e métodos. A metodologia se preocupa com a validade do percurso escolhido para alcançar o objetivo proposto pela pesquisa; portanto, não deve ser confundida com conteúdo nem com os procedimentos (métodos e técnicas).

A metodologia vai além da descrição dos procedimentos (métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa), pois indica a escolha teórica feita pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo. A verdade é que teoria e método são dois termos inseparáveis, eles devem ser tratados de maneira integrada e apropriada quando se escolhe um tema, um objeto ou uma área de pesquisa. (Minayo, 2007, p. 44). A partir de Minayo (2007), entendemos o campo de pesquisa como a delimitação que o pesquisador realiza em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser analisada a partir das concepções teóricas que sustentam o objeto da investigação.

Certos autores de grande relevância que serão abordados ao longo do trabalho são Hans Kelsen (2009), Alf Ross (2000) e Miguel Reale (2002). Em seguida, examinaremos como as teorias desses autores se aplicam ao Direito Tributário, com referência a casos recentes. Depois, analisaremos as implicações dessas teorias para a prática jurídica, com foco na tensão entre a norma e o fundamento (BRASIL, 1988).

## **RESULTADOS**

Com o avanço acelerado da tecnologia e a facilidade de acesso a novas formas de interação social, a legislação brasileira, assim como em muitos países, tem enfrentado dificuldades para acompanhar o ritmo dos jovens. Por exemplo, a Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), pode ser adaptada para incluir medidas específicas contra a hipersexualização. Neste contexto, nosso objetivo é examinar o papel que a legislação brasileira vem desempenhando na proteção dos jovens contra a hipersexualização e contribuir com propostas para sua adaptação ou melhora, caso necessário (Teixeira; Nery, 2021).

Simultaneamente, ela continua a manter, a omissão da hipersexualização dos jovens, disfunções sociais oriundas da noção de masculinidade dominante no Brasil, cuja descrição pode ser, resumidamente, patriarcal, burguesa, branca e heterossexual.

Em vista disso, as escolas têm um papel fundamental na formação do desenvolvimento social e emocional dos jovens. O autor Osório (1992), ressalta que a adolescência é um estágio da existência marcado por mudanças psicológicas e sociais que seguem o processo biológico da puberdade. Ressalta-se a influência das plataformas digitais sobre os jovens, impactando seu processo cognitivo, uma vez que os estímulos audiovisuais e emocionais estão em seu pico de atividade. A vasta quantidade de informações processadas pelo cérebro, na forma de texto, imagens e vídeos, pode levar a uma sobrecarga da memória operacional, resultando em um excesso de estímulo cognitivo. O uso excessivo pode levar à distração, dependência e mudanças de humor e comportamento. Isso ocorre porque as telas oferecem estímulos rápidos que liberam dopamina, um neurotransmissor que causa prazer e pode levar à dependência. Quanto mais tempo exposto a esses estímulos, maior a chance de desenvolver um comportamento repetitivo e prejudicial, tornando o pensamento mais focado nesses estímulos rápidos (Osório, 1992).

A influência das plataformas digitais, especialmente das redes sociais, é cada vez mais evidente na vida dos jovens. Animes e jogos, com suas imagens e sons cativantes, têm o poder de prender a atenção dos jovens, melhorando a concentração. Além disso, podem despertar emoções fortes, o que pode aumentar a vontade de aprender e melhorar a memória.

O uso das redes sociais aumentou drasticamente entre crianças e adolescentes, especialmente após a pandemia de COVID-19. Isso pode afetar a formação de sua identidade, gerando consequências em sua relação com sua sexualidade, seus papéis de gênero e relações de ensino/aprendizagem. Isso pode resultar em inseguranças, problemas de autoestima e confiança, tornando-os mais vulneráveis a fraudes, medo de exposição e fácil acesso (IBGE, 2019).

Os jovens, como grupo social, são mais vulneráveis às mudanças tecnológicas e têm uma propensão maior para desenvolver dependência. Isso pode levar ao isolamento social, pois a tecnologia pode prejudicar a habilidade de socializar. Alguns jovens podem ter dificuldades em diferenciar a realidade do universo virtual. Muitos estão substituindo as interações pessoais por um mundo virtual, onde a interação ocorre principalmente por meios eletrônicos. No entanto, esses contatos podem ser “superficiais” e de “falsa proximidade”, facilitando o distanciamento social.

É bastante usual observar situações cotidianas em que os jovens incorporam autonomamente uma gama de normas de conduta e princípios individuais que não são adequados para a sua idade, devido à chamada pedagogia da mídia (NASCIMENTO, 2017). Este comportamento tende a simbolizar uma maturidade ilusória e dá prioridade à estética corporal e ao encanto acima de tudo.

Embora a hipersexualização possa se manifestar em garotos e garotas, ela tende a impactar mais estas últimas. Nos últimos anos, houve um crescimento na exposição de meninas em séries, novelas, filmes, etc. Por exemplo, em diversas campanhas de marketing, em competições de beleza infantil ou, no fenômeno mais atual, em salões de beleza para meninas (Wolf, 2018). Isso as torna presas em potencial para pedófilos, exploradores sexuais e até mesmo para o tráfico de pessoas. Percebe-se até mesmo um aumento em séries e novelas juvenis cujas personagens adolescentes são interpretadas por mulheres adultas. Por exemplo, na série “Elite” que estreou na Netflix em 2018, a atriz Danna Paola já tinha 23 anos, mas sua personagem, Lucrécia, era uma adolescente de 16 anos. Outro exemplo é a atriz Jordan Alexander, que na série “Gossip Girl Reboot” em 2021, tinha 28 anos, enquanto sua personagem era uma adolescente, modelo, influente e sexy do ensino médio. Neste contexto, o autor Francisco de Assis Nascimento Junior (2017) argumenta que:

São produtos que atribuem uma soberania na escala de poder social a performance homem/branco/heterossexual e fortalece a essência do conceito heteronormativo, onde o ser homem cisgênero heterossexual recebe uma posição de poder sobre as demais performances. (Nascimento Junior, 2017, p. 139).

Frequentemente, a exposição do corpo feminino é interpretada como um convite implícito e uma permissão para o acesso masculino, agravando-se quando se trata de jovens. Isso é reforçado por uma sociedade que ainda é na maioria patriarcal. Pesquisas indicam que a população brasileira, em geral, ainda mantém uma visão de família nuclear, onde o homem é visto como o líder e a esposa deve “se respeitar” e se comportar segundo o papel prescrito pelo modelo heteronormativo (Wolf, 2018).

O corpo de mulheres consideradas de “boa índole” deve ser “discreto”, oculto sob roupas e vestimentas, enquanto o oposto é visto como uma expressão “obscena e vulgar”. Assim, seios, pernas, tornozelos e qualquer outra parte do corpo feminino se tornam objetos que “traduzem obsessões eróticas”, independentemente da época. Apesar de estarmos no século XXI, certos pensamentos ainda são difíceis de mudar.

De acordo com alguns dados do Ministério de Saúde (MS), a interação contínua nesta era digital pode interferir no sono, provocar estresse e ansiedade, bem como intensificar o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). (IBGE, 2019).

O principal elemento pessoal impactado pela sexualização é tanto a autoimagem quanto a autoconfiança dos jovens. Durante essas fases, os menores moldam sua identidade individual e cultivam a autoestima. No caso da sexualização precoce, os menores tendem a se valorizar e atribuir um valor específico com base em sua beleza física. Isso é comparado à ideia propagada pela mídia sobre o que é socialmente aceitável ou atraente. Consequentemente, a autoestima é construída com base em conceitos superficiais, efêmeros e inatingíveis, formando indivíduos inseguros, com baixa autoestima, vulneráveis e altamente influenciáveis pela opinião alheia. Uma pesquisa conduzida pela American Psychological Association (APA) em 2020 mostrou que adolescentes que passam mais de três horas por dia em redes sociais têm uma probabilidade 50% maior de desenvolver baixa autoestima e problemas de imagem corporal, em comparação com aqueles que passam menos tempo online. Além disso, as tentativas constantes de alcançar a aparência ideal em relação ao que é socialmente aceito geram níveis de frustração tão elevados que podem desencadear alterações psicológicas, como transtornos alimentares e dismorfia corporal. (Osório, 1992)

A “sociedade do espetáculo” é um conceito introduzido por Guy Debord em seu livro de 1967. Ele descreve uma sociedade onde a autenticidade foi substituída pela representação. Em outras palavras, as experiências diretas e autênticas são substituídas por meras representações ou imagens. Isso é especialmente relevante na era digital, onde as redes sociais e outras plataformas digitais muitas vezes incentivam as pessoas a apresentar uma versão idealizada de suas vidas, em vez de suas realidades autênticas. No contexto dos adolescentes na era digital, eles podem ser particularmente suscetíveis à influência da “sociedade do espetáculo” (Debord, 1967). Por exemplo, eles podem se sentir pressionados a se apresentar de certa maneira nas redes sociais para ganhar aceitação ou aprovação de seus pares. Isso pode levar a uma série de problemas, como baixa autoestima, ansiedade e depressão. Além disso, a cultura do consumo na sociedade do espetáculo pode levar os adolescentes a se tornarem tanto consumidores quanto objetos de consumo. Os jovens são constantemente incentivados por mensagens de marketing e publicidade, a comprar produtos que melhoram sua imagem ou status social. Isso pode gerar pressão para eles ajustarem suas identidades e comportamentos às expectativas e normas sociais.

Elucido, ainda, que o uso da tecnologia, especialmente durante a pandemia de 2020, traz um debate sobre se a educação se torna um direito ou um privilégio reservado apenas a grupos específicos de estudantes (IBGE, 2020). Dito de outra forma, a pandemia de COVID-19 em 2020 mudou a educação globalmente. As escolas e universidades fecharam e o ensino à distância se tornou a norma. No entanto, isso criou desafios. Nem todos os jovens têm acesso à tecnologia necessária para o aprendizado online, como computadores e internet de alta velocidade. Isso fez com que a educação se tornasse um privilégio para alguns. A pandemia também acentuou as desigualdades no sistema educacional. Estudantes de famílias de baixa renda ou de áreas rurais, onde a internet pode ser limitada, enfrentaram dificuldades.

Um dos inúmeros desafios a serem superados pela escola é fazer com que os estudantes aprendam a ler adequadamente (Nascimento, 2017). Isso é compreensível, pois a aquisição da leitura é essencial para agir com independência nas sociedades alfabetizadas, e a falta dessa habilidade causa uma desvantagem significativa nas pessoas que não conseguiram realizá-la. Todo professor é um professor de leitura, independente da disciplina que leciona (Nascimento, 2017). Isso situa a questão do ensino da leitura na escola não no nível do método, mas na concepção do que constitui o ato de ler, na maneira como é analisada pelas equipes de professores, no papel que desempenha no Projeto Curricular da Escola, no que representa para a vida das pessoas educandas, nos recursos mobilizados para favorecê-la e, naturalmente, nas propostas metodológicas adotadas para ensiná-la.

Assim, em meio a essa crise, pesquisas indicam que os jovens, sejam alunos de escola pública ou particular, enfrentam desafios para entender o que é ‘hipersexualização’. Muitos adolescentes nem mesmo conhecem o significado do termo (Teixeira; Nery, 2021). Um exemplo na leitura são os animes, mangás, manhwas e manhuas. Muitas vezes, os jovens leitores não estão plenamente conscientes do conteúdo que estão consumindo.

Discurso, que embora sejam uma forma de arte expressiva e diversificada, as histórias em quadrinhos originárias da cultura oriental, podem, em alguns casos, apresentar personagens juvenis de maneira sexualizada (Egypto et al., 1991). Isso pode normalizar percepções distorcidas sobre a sexualidade e o consentimento, especialmente entre os jovens que estão em processo de formação de suas compreensões sobre esses conceitos (Osório, 1992). É essencial incentivar a educação em mídia para auxiliar os jovens a compreender e questionar as representações que encontram, assegurando uma experiência de leitura segura e

enriquecedora.(Nascimento, 2017). Nos capítulos seguintes, exploraremos em detalhes os aspectos da literatura e suas implicações para a educação e o desenvolvimento infantojuvenil.

Conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no último censo de 2010, e do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br) de 2014, foi observado que, de um total de 34,1 milhões de indivíduos, com idades entre 10 e 19 anos, presentes no país, aproximadamente 81% utilizam a internet diariamente. A parcela de indivíduos com 10 anos ou mais que fizeram uso da Internet no país aumentou de 84,7% em 2021 para 87,2% em 2022, e em 2023, 84% da população brasileira com 10 anos ou mais se conectou à internet, o que equivale a 156 milhões de pessoas.

Ressalto a proeminência que a Constituição Federal de 1988, em seu capítulo VII do título VIII, já determina a proteção das crianças como um dos objetivos, conforme o artigo 227. Porém, é crucial enfatizar a responsabilidade específica dos pais em relação a este assunto, consideremos:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

A Emenda Constitucional nº 65 de 2010 alterou o artigo 227 da Constituição Federal para reforçar a proteção dos direitos das crianças, adolescentes e jovens. Ela destaca a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado em garantir, com prioridade, os direitos fundamentais desses grupos, como vida, saúde, educação e lazer. A emenda também inclui uma linguagem mais detalhada sobre a proteção contra negligência, discriminação, exploração, violência e opressão, reforçando a importância de um ambiente seguro para o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Esse Código de Proteção ao Menor e ao Jovem, presente na legislação brasileira, estabelece que “menor” se refere a pessoas com menos de doze anos e “jovem” àqueles com idade entre doze e dezoito anos. Contudo, essa salvaguarda não foi garantida desde o princípio da sociedade brasileira, como demonstrado pelo labor infantil, sendo posta em prática somente em 1990, juntamente com a tentativa constitucional de expandir a garantia dos Direitos Humanos no país.

O Código de Proteção ao Menor e ao Jovem também enfatiza a obrigação dos progenitores pelos filhos em diversas ocasiões. A autoridade parental inclui o compromisso de instruir o menor, conforme citado no artigo 22, visando preservar seu crescimento saudável, tanto físico quanto psicológico, e evitar situações humilhantes que os responsáveis possam prevenir por meio de cuidados apropriados. Da mesma forma, o Código Civil, no artigo 1.634, I, determina que cabe aos progenitores a instrução e formação de seus filhos, demonstrando a consistência do sistema ao atribuir principalmente aos pais a responsabilidade pela proteção. Assim, considerando que a Internet é atualmente um ambiente em que os menores passam grande parte do tempo, surge a necessidade de analisar a responsabilidade dos progenitores pelo comportamento de seus filhos nesse cenário.

O Marco Civil da Internet estabelece que o usuário tem a liberdade de escolher softwares em seu dispositivo para exercer o controle parental sobre conteúdos considerados inadequados para seus filhos menores, desde que sejam respeitados os princípios desta Lei e do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. No entanto, na maioria das situações, a sexualização precoce é um reflexo da ausência de supervisão parental, onde os responsáveis não limitam o acesso dos filhos a conteúdos apropriados para sua faixa etária. Isso os expõe à influência da mídia digital e a estereótipos que podem afetar seu comportamento, dada a sua vulnerabilidade durante o desenvolvimento.

A internet é a principal fonte de informação e comunicação na atualidade. No entanto, a ausência de monitoramento dos responsáveis pelas crianças na internet torna-se um problema, contrariando leis como o Marco Civil da Internet.

De acordo com Egypto et al. (1991), “a família vai influir de forma determinante nos papéis sexuais dos filhos, porque a nossa sociedade ainda demarca os papéis sexuais de forma rígida e estereotipada” (p. 79). Esta citação destaca a importância do papel da família na formação dos papéis sexuais dos jovens, um aspecto que pode ser relevante para a discussão sobre a hipersexualização infanto juvenil na cultura pop. Nesse sentido, é crucial buscar a aplicação do artigo 29 do Marco Civil da Internet, especialmente em relação à proposta contida em seu parágrafo único, que promove a educação digital tanto para progenitores quanto para filhos, a fim de permitir uma inclusão adequada dos menores no espaço virtual.

Em suma, a hipersexualização infantojuvenil na era digital é um problema complexo que exige ação coletiva. Neste contexto, a educação digital, a supervisão parental e a aplicação

efetiva da legislação são fundamentais para proteger nossos jovens e garantir seu crescimento saudável.

Apesar dos avanços ao decorrer do tempo na literatura infantil e juvenil, percebe-se que a sociedade contemporânea enfrenta uma nova problemática: a hipersexualização juvenil. Esse fenômeno não se limita apenas à mídia moderna, mas também permeia a literatura infantil e juvenil. Histórias em quadrinhos originárias da cultura oriental, como mangás, *manhwas*, *manhuas* e animes, são exemplos notáveis. A influência dessas mídias frequentemente contribui para a hipersexualização dos jovens, um aspecto que nem sempre é bem compreendido ou prudente.

Desse modo, refletindo sobre a literatura no tempo, enfatizo que no início do século XVII, a literatura infantil era focada em ensinar valores e hábitos, tratando as crianças como pequenos adultos. Crianças nobres liam clássicos, enquanto as de classe baixa liam lendas regionais. A partir do final do século XVII, a literatura infantil começou a se expandir, ganhando mais espaço no século XVIII com contos de fadas como ‘Cinderela’, ‘Chapeuzinho Vermelho’ e ‘A Bela Adormecida’ de Charles Perrault, e ‘João e Maria’, ‘Rapunzel’ e ‘Branca de Neve’ dos Irmãos Grimm.

Enquanto a literatura infantil europeia se diversificava com contos de fadas e histórias moralistas, no Brasil, Monteiro Lobato emergia como um pioneiro ao criar narrativas que não apenas entretinham, mas também educavam e refletiam a cultura nacional, destacando a evolução e a diversificação da literatura infantil em um contexto global. Suas obras eram icônicas, como “Narizinho Arrebitado” (1921), que depois passaria a chamar-se “Reinações de Narizinho”. Depois o autor publicou “Saci” (1921) e “O Marquês de Rabicó” (1922). “O Sítio do Picapau Amarelo”, que encantou as crianças até hoje, é sua obra mais famosa. Além de apresentar um aspecto moralista e pedagógico, nas suas histórias ele não abandonou a luta pelos interesses nacionais e retratou os tipos de nossas tradições e os temas mitológicos (Lobato, 1950). Ao contrário da hipersexualização presente em muitas mídias contemporâneas, as obras de Lobato focaram em valores educativos e culturais, oferecendo uma visão mais saudável e construtiva para o público infantil.

O autor Machado de Assis (1900), também um dos maiores escritores brasileiros, desafiou muitos estereótipos de gênero em suas obras. Ele frequentemente retrata personagens femininas complexas e fortes, como Capitu em “Dom Casmurro”, que até hoje gera debates

sobre sua verdadeira natureza (Mschado, 1900). Embora suas obras não sejam voltadas especificamente para o público infantil, a representação de personagens femininas multifacetadas contrasta com a simplificação e objetificação vistas na hipersexualização da mídia juvenil. Assim, tanto Lobato quanto Machado de Assis oferecem exemplos de como a literatura pode resistir à tendência de hipersexualização, promovendo narrativas mais ricas e respeitadas.

Alguns estudos da autora Schilder (1981), por exemplo, indicam que nossa autoimagem é definida como a representação mental do nosso corpo, que pode ser negativamente afetada pela exposição a padrões de beleza irreais. Esses conceitos teóricos se manifestam na prática através de animes populares como “Sailor Moon” (1991) e “Cardcaptor Sakura” (1996), onde são comuns estereótipos e tropos que perpetuam a hipersexualização na mídia, como a “garota mágica” e a “garota colegial”. As transformações dessas personagens femininas frequentemente incluem sequências visualmente apelativas que destacam seus corpos de maneira sexualizada, mesmo que o público-alvo seja jovem. Ou seja, os jovens podem imitar comportamentos vistos na mídia, como fazer comentários inapropriados ou tratar os outros como objetos de desejo, sem considerar suas personalidades ou sentimentos. (Schilder, 1981).

A influência dos chamados “influenciadores mirins” no ambiente digital é um aspecto importante a ser considerado. O alcance que esses jovens têm, desperta nos seus pares o desejo de imitar seus comportamentos, consumir os mesmos produtos e serviços, muitas vezes contribuindo para a hipersexualização precoce, o que pode levar a sérios problemas de saúde e atenção, além de tendências a problemas psicológicos. Esses jovens muitas vezes não sabem lidar com a exposição extrema, causando transtornos psicológicos como bullying, estresse traumático, entre outros.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e os conselhos tutelares desempenham um papel fundamental na proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Conforme o ECA, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao aprendizado, ao entretenimento, à capacitação profissional, à arte, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à interação familiar e comunitária, além de esclarecer de quais formas os jovens devem ser protegidos, seja pela negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão. (BRASIL, 1988).

Contrariamente ao mito da “geração digital”, este artigo argumenta que o simples fato de as crianças das novas gerações nascerem inseridas em ambientes tecnológicos não significa que elas saibam utilizá-los de forma responsável naturalmente.

Em consequência disso, percebemos que a hipersexualização é um fenômeno plurifacetado, com repercussões significativas, inclusive na leitura no ambiente escolar. Tanto os jovens da educação básica quanto os do ensino superior enfrentam desafios para compreender o significado da hipersexualização. Além disso, há dificuldades na leitura e interpretação de textos, agravadas pela desigualdade social. Apesar dos avanços tecnológicos no século 21, o índice de desigualdade ainda é alto. Vale ressaltar que a literatura e outras formas de mídia, como mangás, *manhwas*, *manhuas* e HQs, podem ser ferramentas poderosas para auxiliar crianças e jovens no desenvolvimento nas habilidades de alfabetização e comunicação.

Entretanto, é importante ressaltar que a prática pedagógica do professor é essencial para despertar nos alunos uma consciência crítica. Isso os ajuda a compreender as condições políticas, culturais, socioeconômicas e humanas do meio onde vivem, até mesmo para se protegerem e saberem usar a tecnologia de maneira correta. Nesse sentido, o escritor Silva (2011), argumenta que a educação digital segura e saudável é fundamental, especialmente no contexto da hipersexualização precoce e da influência dos influenciadores digitais mirins. (SILVA, 2011).

Na atualidade, a hipersexualização de personagens femininas em animes, mangás, *manhwas* e *manhuas* é uma ocorrência frequente e motivo de preocupação constante. Independentemente do gênero da obra, seja Shonen, Seinen ou Isekai, essas personagens são frequentemente retratadas com roupas provocantes, poses sensuais e características físicas exageradas. Um exemplo claro é o mangá e anime mundialmente famoso, *One Piece*. A personagem Rebecca, uma gladiadora, usa uma roupa que mais se assemelha a um biquíni malfeito do que a uma armadura adequada para lutar, deixando-a vulnerável e exposta.

Diante disso, é perceptível as transformações no visual dos personagens conforme o tempo passa. A aparência da personagem Nami em 2024 é muito diferente da época do lançamento do anime em 1999. No início, ela usava blusas e saias e tinha cabelo curto. Hoje, para acompanhar as ‘tendências culturais’, seu cabelo está mais longo, e ela é frequentemente vista usando um top, ou biquíni com seios mais proeminentes. O protagonista, Monkey D. Luffy, antigamente usava uma regata vermelha fechada e short azul, hoje apresenta músculos e

uma camisa sempre aberta no meio. Outro personagem da mesma série, Roronoa Zoro, era magro e alto, mas agora exhibe músculos bem desenvolvidos. Ou seja, ambos os personagens não só estão sendo hipersexualizados como também estão buscando demonstrar sua hipermasculinidade. Algumas pessoas justificam essas mudanças como ‘desenvolvimento’ dos personagens, mas, na verdade, refletem a influência da hipersexualização e do machismo ao longo do tempo. (Egyto, 1991)

No entanto, a sexualização de personagens masculinos geralmente não é tão central na história quanto a das personagens femininas. Portanto, os personagens masculinos costumam ter papéis mais importantes na trama, o que nos leva ao paradoxo do machismo. Mesmo com as mudanças na sociedade, o gênero masculino tende a ser o dominante e herói das teledramaturgias. Muitas vezes, essas representações sexualizadas não contribuem para a história ou o desenvolvimento dos personagens. Elas existem apenas para agradar à audiência. Isso é lamentável, pois transforma personagens complexos e interessantes em objetos de desejo de uma sociedade machista.

Outro paradigma notável do patriarcado e do machismo está presente na literatura brasileira, na obra de Machado de Assis, "Dom Casmurro" (ASSIS, 2008). O personagem Bentinho, narrador da história, passa a perseguir sua esposa, Capitu, após suspeitar que foi traído. Capitu era uma mulher linda: “morena, olhos de cigana oblíqua e grandes, nariz reto e comprido, tinha a boca fina e o queixo largo” (ASSIS, 2008, p. 53). Embora a traição não tenha sido comprovada, Bentinho se mostra amargo e pessimista. No início da trama, Bento Santiago tem quinze anos e Capitu, catorze. Quando casados, em vez de recorrer à agressão física, ele opta por exilar Capitu, mantendo-a afastada de seu círculo social. Esse exílio reflete a vergonha social que as mulheres enfrentavam publicamente quando acusadas de desonrar seus maridos na Idade Média. Capitu não se acovarda nem recua diante das conclusões de Bentinho, classificando-a como adúltera. Sua postura firme diante das acusações é um dos aspectos mais interessantes da obra, revelando a complexidade das relações interpessoais e de gênero. A literatura tem o poder de nos mostrar nuances e desafios que ainda ecoam atualmente (MACHADO, 1900, p. 181).

O diferencial dessa obra é a capacidade do narrador em desnudar as sutilezas da violência emocional pelas quais as personagens femininas passam na sociedade. Nota-se uma semelhança entre os séculos XVIII e XXI na literatura de Machado onde a ficção se une com a

realidade de forma que a violência contra a mulher ainda é caracterizada como uma conduta abusiva, podendo ser física, sexual ou psicológica.

Durante a adolescência e juventude, o próprio narrador, Bentinho, afirma não ter um caráter muito forte e opiniões formadas, por isso sua visão em relação às mulheres era atrelada a uma imagem negativa, socialmente construída, que sempre as colocava em situação de inferioridade. Essa sexualização excessiva reforça estereótipos de gênero e contribui para a objetificação das mulheres na sociedade, promovendo a ideia de que o valor das mulheres está ligado à sua aparência e apelo sexual. Portanto, as personagens femininas na literatura, mangás, *manhwas* e *manhuas* podem levar os jovens a normalizar comportamentos inadequados, como assédio, reforço dos estereótipos, patriarcado e misoginia, muitas vezes justificados como “alívio cômico”. Isso reforça não só os estereótipos, como perpetuando a ideia de que essas situações “não são sérias” ou “são normais”. O que pode levar à banalização do sofrimento feminino.

A obra de Machado de Assis (2008), ainda traz uma análise que reflete no nosso século XXI, destacando que o sofrimento que o patriarcado impõe aos homens é significativamente menor do que aquele que impõe às mulheres, pois confere aos homens poder, inclusive para cometer violência física ou psicológica contra as mulheres. Portanto, estamos lidando com um tipo de sofrimento diferente. Reconhecer essa realidade nos leva à primeira e mais urgente tarefa: romper com a ideia de que o homem tem direito sobre o corpo da mulher. A literatura é a principal arma a ser utilizada em todas as idades, especialmente com as crianças que estão começando a formar suas mentes.(Assis, 2008)

Ao examinar a narrativa de Bentinho, fica evidente que ele silencia a voz de Capitu, julgando-a exclusivamente sob seu ponto de vista. Ainda que o narrador seja um homem, Machado de Assis, provoca a estrutura social da época, trazendo situações de domínio predominantemente feminino.

Alguns desses comportamentos podem ser encontrados até mesmo em animes, *manhwas* e *manhuas* destinados a crianças. Por exemplo, o personagem Brock do anime Pokémon frequentemente persegue mulheres. Há também exemplos mais flagrantes, como Muten-roshi de Dragon Ball, que frequentemente ultrapassa limites físicos e apresenta gestos inadequados ou de assédio sexual. Outro exemplo é o anime "Nanatsu no Taizai" (The Seven Deadly Sins), disponível na Netflix, onde o protagonista Meliondas se aproveita da submissão de sua co-protagonista Elizabeth para tocar em seus seios diversas vezes, sem que os outros personagens

façam algo a respeito. Embora a narrativa seja excelente, com lutas emocionantes e boa qualidade gráfica perde sua qualidade devido à hipersexualização com todas as mulheres neste anime que também são representadas de forma subalterna, emocionalmente dependentes dos personagens masculinos e em perigo, esperando por seu ‘herói’.

Ainda sobre o anime ‘Nanatsu no Taizai’, existe outra personagem chamada Elaine que chama atenção pela hipersexualização juvenil. Ela é uma fada e, portanto, tem uma aparência jovem e delicada. Apesar de sua aparência, Elaine é muito mais velha do que parece, com mais de 1000 anos de vida. Ela é uma das personagens principais e tem um relacionamento com Ban, outro personagem da série. O que causa preocupação é a hipersexualização presente na série. A aparência da fada, que representa uma criança, está associada a uma perturbadora figura de vulnerabilidade e abuso. Infelizmente, muitos jovens que assistem ou leem o mangá podem não compreender completamente esses aspectos problemáticos. Essa análise nos conduz a uma reflexão sobre questões de representação, ética e educação na legislação brasileira.

Além disso, a representação sexualizada de personagens jovens em animes é perturbadora. Isso não só normaliza a pedofilia, mas também contribui para a exploração sexual infantil. A cultura machista do Japão pode ser uma das razões pelas quais a hipersexualização em animes não está melhorando até hoje. A maioria dos animes é criada para um público masculino, o que pode explicar, mas não justificar, essa tendência. O único gênero de anime criado para mulheres é o shoujo, que muitas vezes retrata homens como personagens frios, mas cavalheiros, normalizando a degradação feminina. Ou seja, a hipersexualização de personagens femininas em animes não é exclusiva da ficção; ela também influencia a percepção social e as atitudes em relação ao gênero na vida real. Isso não ocorre apenas no Japão, mas em muitos lugares, especialmente entre os jovens. A representação de personagens femininas em animes pode moldar as expectativas e normas sociais, impactando como as pessoas veem e interagem com o mundo ao seu redor.

Diante do exposto, percebe-se que a sexualização exagerada nos animes não é algo recente. O anime Pokémon estreou no Japão em 1º de abril de 1997, e a versão dublada em inglês foi lançada um ano depois no mês de setembro. Depois temos o personagem o Mestre Kame (também conhecido como Muten-roshi) do universo de Dragon Ball, fez sua primeira aparição no mangá original de Akira Toriyama e no anime de 1986. Além disso, o anime Nanatsu no Taizai foi lançado em 2018. Portanto, ao longo de diferentes séculos, a hipersexualização de personagens femininas continua presente até os dias atuais, é o principal público alvo e os

jovens e com a era digital isso facilitou muito. Antigamente, as pessoas costumavam comprar animes, mangás, *manhwas*, e *manhuas* ou alugar DVDs de animes. Hoje em dia, é muito mais fácil ter acesso a ambos online.

Um elemento alarmante da era digital é o uso desmedido de redes sociais entre os jovens, que se manifesta na busca incessante por validação virtual. Inúmeros adolescentes procuram aprovação e reconhecimento por meio de curtidas, comentários e seguidores, usando as redes sociais como um termômetro de seu valor pessoal e aceitação social. Contudo, essa procura incansável por validação externa pode resultar em um ciclo prejudicial de dependência emocional das redes sociais e a hipersexualização, deixando os jovens expostos também à ansiedade e à baixa autoestima quando não alcançam a validação almejada.

Desse modo, é fundamental que a legislação brasileira fomente uma educação abrangente, contemplando temas relacionados a gênero, sexualidade e respeito à diversidade. Essa abordagem contribui para dismantellar estereótipos prejudiciais e cultivar uma sociedade mais equitativa. O Estado, tem por objetivo garantir o bem comum da sociedade e este deve ser assegurado em todas as áreas, usando-se de medidas preventivas ou repressivas, de forma positiva ou negativa. As ações e políticas públicas realizadas pelo estado devem ter como base garantir a dignidade da pessoa humana, focando sua atenção e promoção do ser humano como núcleo central de suas preocupações.

A partir da premissa apresentada, o estudo trata-se de uma iniciativa que visa conscientizar sobre o assunto e educar sobre a importância da humanização, respeito e informação. Além disso, é fundamental abordar a hipersexualização presente em mangás e animes, especialmente quando se trata de personagens jovens. Essa representação inadequada pode influenciar a percepção dos espectadores e contribuir para a objetificação sexual.

Portanto, este projeto de pesquisa tem o intuito de contribuir para o avanço do conhecimento na área da hipersexualização juvenil, destacando seus impactos negativos e promovendo discussões sobre ética e representação. Os resultados obtidos podem ser úteis não apenas para outros pesquisadores, mas também para profissionais da área de educação, saúde e políticas públicas. A conscientização e a mudança de atitudes em relação aos jovens e suas famílias são essenciais para criar um ambiente mais saudável e respeitoso na sociedade.

A hipersexualização, especialmente no contexto digital, é um fenômeno emergente que tem impactos significativos na infância e adolescência. Este estudo teórico busca explorar a

natureza e as implicações desse fenômeno, com ênfase particular nos aspectos motivacionais, comportamentais e psicológicos associados às práticas sexuais e relacionais.

Segundo Knobel (1992), a partir do nascimento, a sociedade começa a impor normas e expectativas de gênero às crianças, muitas vezes através de elementos externos como roupas, cores e brinquedos. Essa diferenciação sexual precoce pode contribuir para a hipersexualização, pois estabelece uma base sobre a qual as expectativas e comportamentos sexuais são construídos (Knobel, 1992).

No contexto digital que estamos a hipersexualização infantojuvenil pode ser vista como uma extensão dessa diferenciação sexual. As crianças e os jovens são expostos a uma quantidade sem precedentes de conteúdo sexualizado, muitas vezes através de plataformas de mídia social, conteúdo online como, por exemplo, animes, mangás, *manhwas* e *manhuas*. Isso pode levar a uma compreensão distorcida e prematura da sexualidade.

Segundo o autor Egypto e colaboradores (1991), a influência familiar é crucial na definição dos papéis sexuais dos filhos, uma vez que nossa sociedade ainda estabelece de maneira rígida e estereotipada esses papéis. Os autores também destacam que esses padrões de comportamento já começam a ser questionados pelas novas gerações. No entanto, pais e educadores nem sempre percebem que continuam a perpetuar os antigos padrões de comportamento socialmente designados para meninos e meninas.

Desde o nascimento, meninos e meninas já recebem mensagens sobre seu papel sexual na sociedade e começam a construir sua identidade. Knobelk (1992) indica que é a partir do momento em que o indivíduo se integra à sua genitalidade que esta passa a dominar seu comportamento e aspirações. Por exemplo, é comum ouvir que “meninos usam azul e meninas usam rosa”. No entanto, poucos estão cientes de que essa associação de cores com gênero surgiu no início do século 20. Naquela época, o rosa, que remetia ao vermelho do sangue, simbolizava força e virilidade, sendo, portanto, a cor atribuída aos homens. O azul, naquela época, por outro lado, transmitia “delicadeza” e “pureza”, sendo considerado a cor das mulheres. Curiosamente, esse padrão só mudou com a industrialização dos EUA no período pós-guerra.

Conforme Gavin Evans (2023), estudioso e especialista em cores, o azul sempre esteve associado à Virgem Maria e à suavidade feminina, enquanto o rosa estava ligado ao vermelho, considerado uma cor forte e dinâmica que atribuiria mais virilidade aos meninos. Apenas após a Segunda Guerra Mundial que o panorama se alterou. Entre 1920 e 1950, com o crescimento da industrialização nos EUA, o azul começou a ser divulgado pelos varejistas como a cor

perfeita para os homens, enquanto as grifes de moda declararam que o rosa era a cor mais delicada (Evans, 2023). Ou seja, essas convenções, estritamente sociais, que perduram há séculos, estabeleceram um suposto "padrão psicológico" que se mantém até os dias atuais.

A transição para a vida adulta, ao mesmo tempo, ansiada e temida, implica para o adolescente uma separação progressiva de sua condição infantil. Este é visto como o momento decisivo na vida do indivíduo, pois representa a fase crucial de um processo que começou com o nascimento. As transformações físicas, juntamente com as alterações psicológicas, conduzem o adolescente a uma nova relação com os pais e com o mundo.

No entanto, isso só será possível se o adolescente conseguir processar lentamente os diversos lutos pelos quais passa, ou seja, a perda do corpo infantil, a perda dos pais da infância e a perda da identidade infantil. Quando o adolescente atravessa todo esse processo, ele se integra ao mundo com um novo corpo já amadurecido e uma imagem corporal estabelecida, que muda sua identidade. Esta é a principal função da adolescência: a busca da identidade que consome grande parte de sua energia.

As pesquisas sugerem uma parceria entre escola e a família seria uma das alternativas para buscar formas de orientação sexual, até mesmo digital para os adolescentes, facilitando a tarefa educativa de pais e professores.

Quando falamos, por exemplo, sobre escola, ou universidade, a literatura é o principal passo para os jovens. Os mangás, *manhwas*, *manhuas* e animes são formas incríveis de literatura que aprimoram a leitura, a fala e o até mesmo aprendizado de um novo idioma, além de melhorar as habilidades linguísticas ou seja elas podem ser usados como um recurso didático não apenas para cultivar o costume de leitura e escrita nos estudantes, mas também para despertar neles o interesse pela arte do desenho, aprimorar a comunicação com experiências humanas e associar as imagens à realidade vivida por eles. É proposto que os animes, mangás, *manhwas*, *manhuas*, sejam percebidos como um instrumento pedagógico repleto de múltiplas funções, [...] função ilustrativa, pois retrata graficamente uma situação ou um fenômeno; explicativa, pois necessitam contextualizar, para aprimorar a compreensão da narrativa, a situação de maneira completa e integrada; motivadora, pois introduzem a situação na trama sem explicação prévia, incentivando/compelindo o aluno a pesquisar mais sobre o tema para ser capaz de “seguir” a história; e provocadora, dada a proposta explícita de apresentar ao leitor (Nascimento, 2017).

No entanto, sem a supervisão e orientação dos responsáveis, eles podem ter um impacto significativo na percepção e no comportamento. Infelizmente, muitos desses meios apresentam personagens, especialmente femininas, de maneira hipersexualizada. Essas representações podem reforçar estereótipos de gênero prejudiciais e contribuir para a objetificação das mulheres. Além disso, a sexualização de personagens jovens em animes e mangás pode normalizar visões distorcidas sobre sexualidade e consentimento, especialmente entre os jovens que continuam formando suas compreensões sobre esses conceitos. Esses estereótipos e percepções distorcidas não se limitam apenas às mídias, mas também são reforçados por diversas esferas sociais, incluindo a escola.

Analiso que as diversas esferas sociais, incluindo a Escola, geram um conjunto de símbolos e significados que diferenciam os corpos dos jovens, suas aparências, seus modos de ser e de se comportar, resultando em percepções estereotipadas sobre o que é e pode ser um homem ou uma mulher. Essas representações, que reforçam e criam estereótipos, também influenciam os campos profissionais. Simultaneamente, o conceito de gênero nos permite perceber que, apesar das normas sociais e culturais sobre as profissões, homens e mulheres desafiam essas ideias, rompem barreiras e ousam se profissionalizar em áreas que não lhes foram originalmente destinadas.

Nesse cenário, o papel do legislativo é fundamental. As leis e regulamentos podem influenciar a maneira como esses meios de comunicação são produzidos e consumidos. Por exemplo, podem ser estabelecidas leis que exigem uma representação mais equilibrada e menos sexualizada dos personagens.

Portanto, é crucial entender a razão da leitura e análise de texto em ambiente escolar, porque é necessário cultivar o prazer pelo costume de ler e decifrar textos. Observemos como essa questão é debatida:

A leitura possui, então, múltiplos valores em nossa cultura. A posse do uso da escrita, no entanto, ainda são privilégios das classes economicamente privilegiadas, o que acaba por determinar a utilização de sua norma linguística, por ser a mais prestigiada socialmente. Podemos indagar: como a leitura vem sendo praticada nas escolas? O que se lê? Como se lê? (Lopes e Mendonça em 1994, p. 79).

A leitura e a análise de texto são ferramentas essenciais para o desenvolvimento intelectual dos jovens. Elas não apenas melhoram a compreensão e a expressão, mas também promovem o pensamento crítico e a empatia. Segundo Paulo Freire (2003), ele pondera que ensinar exige uma compreensão profunda da realidade, afirmando que “a memorização mecânica do perfil do objeto não é o aprendizado verdadeiro do objeto ou do conteúdo”. Nesse

caso, “o aprendiz funciona muito mais como paciente da transferência do objeto ou do conteúdo do que como sujeito crítico epistemologicamente curioso, que constrói o conhecimento do objeto ou participa de sua construção”. (Freire, 2003 p.28).

Diante do cenário atual, é preciso garantir que essas habilidades sejam acessíveis a todos, independentemente de sua origem socioeconômica. Portanto, é fundamental que continuemos a explorar e implementar estratégias eficazes de ensino e aprendizagem para todos os estudantes.

Além disso, embora seja realmente desafiador interromper abruptamente a sexualização precoce, é responsabilidade dos adultos salvaguardar os jovens desse fenômeno. O fato de a hipersexualização infantil se proliferar cada vez mais diariamente é, em parte, culpa da sociedade habituada a essas representações e de assistir, quase indiferente, como as crianças deixam de ser crianças.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A hipersexualização dos jovens é um fenômeno multifacetado que permeia diferentes contextos, como educação, tecnologia e literatura. Ao examinarmos como essa hipersexualização é representada e normalizada em mangás, *manhwas*, *manhuas* e animes, observamos sua influência nas percepções dos jovens sobre a sexualidade. As redes sociais, com suas imagens altamente sexualizadas, reforçam esse fenômeno, especialmente na multimídia.

Discutiu-se a objetificação feminina e o patriarcado na era digital. Apesar dos avanços sociais e conquistas das mulheres, as desigualdades persistem. Vivemos em uma sociedade onde as mulheres, especialmente as jovens, são frequentemente reduzidas a objetos de desejo, perpetuando estereótipos prejudiciais e reforçando uma cultura de sexismo e misoginia (Deborf, 1967).

Mediante uma abordagem bibliográfica, explorou-se a natureza e as implicações desse fenômeno. Destacamos o papel crucial da legislação brasileira, da supervisão parental e da educação digital na proteção dos jovens. No entanto, a legislação atual pode estar lutando para se adaptar às rápidas mudanças tecnológicas e novas formas de interação social. Reforçamos a importância de uma paternidade consciente e libertária, com o apoio das escolas, para discutir a conscientização sobre a hipersexualização, patriarcado e misoginia, evitando a divisão entre brinquedos ‘de meninos’ e ‘de meninas’.

Os professores, por meio da literatura, podem romper as barreiras erguidas pela representação da masculinidade padrão e da hipersexualização. Ao utilizar personagens de animes, mangás, *manhwas* e *manhuas*, eles podem promover masculinidades plurais e conscientização sobre a diversidade de identidades de gênero. Dessa forma, os professores mostram que não existe uma única forma de viver a masculinidade ou de formar sua identidade, destacando que sentimentos como afeto, cuidado e delicadeza também fazem parte do mundo masculino. Essa abordagem ajuda a romper com a polarização entre o que é naturalizado como característico da masculinidade e da feminilidade, misturando noções, sentimentos e práticas pedagógicas para criar um ambiente mais inclusivo e compreensivo.

Importa a devida co-responsabilização dos pais e cuidadores para o diálogo com os filhos sobre os efeitos de modelos e valores da cultura pop que reforça preconceitos e produzem sofrimento, estigmas, medo, desestimulando a ideia de que precisam sempre ser fortes ou dominadores. É importante permitir que eles expressem tristeza de maneiras diversas, não apenas através da raiva. Em outras palavras, é essencial integrar suas emoções.

Enfatiza-se a necessidade de políticas públicas eficazes, programas de conscientização e educação digital para jovens, pais e educadores, além de uma representação mais equilibrada dos personagens em animes e mangás.

É Indubitável, que o mundo tecnológico não pode ser a desculpa ou o ‘culpado’ pelo empobrecimento do hábito da leitura, afinal, existe o livro digital, e o processo de alfabetização começa muito antes do Ensino Fundamental. Nesse sentido, é necessário destacar a importância da literatura que circula entre os jovens, contribuindo de forma positiva para o processo de alfabetização, letramento e conscientização sobre hipersexualização, patriarcado, misoginia, violência, entre outros, no desenvolvimento dos jovens.

Vale considerar que a exposição inadequada a certos conteúdos pode causar danos mentais significativos em pouco tempo, especialmente nos jovens.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Nancy Nonato de Lima. **Amor à profissão, dedicação e o resto se aprende: significados da docência em Educação Infantil na ambiguidade entre a vocação e a profissionalização.** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., Caxambu. Anais... Caxambu, out. 2006. Disponível em: [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br) Acesso em: 16/01/2024.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1971.

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. São Paulo: Escala Educacional, 2008.

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Garnier, 1992.

AMORIM, Bárbara. HOLANDA, André. **Melody e a erotização dos corpos e discursos infantis**. In: **Anais XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, p. 06. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2019/resumos/R68-1204-1.pdf>. Acesso em 02 maio. 2024

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEE, 1997. Disponível em: [www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02pdf](http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02pdf) . Acesso em: 10 jan. 2024

BRAGA, G. V & SPADETTI, M. das G. **Os Mangás como estratégia didática**. XV NIC XIEPG VNICJn. p. 01-03, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 04 de maio de 2024.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. **A república do picapau amarelo, uma leitura de Monteiro Lobato**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

COSTA, M. **Sexualidade na adolescência: dilemas e crescimento**. 8. ed. São Paulo: L & PM Editores, 1986

COELHO, Betty. **Contar histórias: uma arte sem idade**. – São Paulo: Ática, 1997.

DEBORD, GUY. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DINIS, Nilson Fernandes; CAVALCANTI, Roberta Ferreira. **Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação em pedagogia**. Pro-Posições, v. 19, n. 2, p. 99-109, mai./ago. 2008.

EGYPTO, A.C. et al. **Papéis sexuais**. In: BARROSO, C.; BRUSCHINI, C. **Sexo e juventude: como discutir a sexualidade em casa e na escola**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

EBERLIN, **Fernando Büscher von Teschenhausen**. Sharenting, liberdade de expressão e privacidade de crianças no ambiente digital: o papel dos provedores de aplicação no cenário jurídico brasileiro, In: *Rev. Bras. Polít. Públicas*, Brasília, v. 7, nº 3, 2017, p. 258.

FERNANDES, Bruno Henrique Rocha. **Qualidade: uma questão de sobrevivência**. São Paulo: Atlas, 2001.

FERNANDES, Maria Helena Diniz. **A palavra da vítima no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. São Paulo: Global Editora, 2023. 170 p. ISBN 978-8526013148. Disponível em: Amazon.com.br. Acesso em: 07 jun. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia saberes necessários a prática educativa**. Paz e Terra. 25º ed. Biblioteca central da UFPB. P.01-54.2003. IVIC, Ivan. VYGOTSKY. Vygotsky, Lev Semionovich. Coleção educadores. MEC. Editora Massangana. PE.p.01-143,203-2010

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GOODE, William J.; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social São Paulo: Nacional**, 1969.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **161,6 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade utilizaram a internet no país em 2022**. Agência de Notícias IBGE, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38307-161-6-milhoes-de-pessoas-com-10-anos-ou-mais-de-idade-utilizaram-a-internet-no-pais-em-2022>. Acesso em: 16 de maio de 2024

IBGE. **COVID-19**. Disponível em: [`<https://covid19.ibge.gov.br/>`](https://covid19.ibge.gov.br/). Acesso em: 12 maio. 2024.

KNOBEL, M. **Orientação familiar**. Campinas: Papirus, 1992.

KELLNER, Douglas. A cultura da mídia e a pedagogia da mídia. **Revista Belas Artes**, 2024. Disponível em: <https://revistas.belasartes.br/revistabelasartes/article/view/202/>. Acesso em: 01 ago. 2024.

MARTINS, António M.; RABELO, Amanda O. **A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério**. In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2006, Uberlândia. Anais... Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. p. 6167-6176.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 09-29.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992

METODOLOGIA qualitativa de pesquisa. **Em Foco: Pesquisa sociológica e metodologia qualitativa.** Educ. Pesqui., São Paulo, 30 (2), ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/>. Acesso em: data de acesso 04 de maio de 2024.

NASCIMENTO JUNIOR, Francisco de Assis. **Crise de identidade: gênero e ciência nos quadrinhos de super-heróis.** 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/T.48.2017.tde-07082017-155126>>. Acesso em: 01 jan. 2024.

G1. **Acesso à internet cresce no Brasil e chega a 84% da população em 2023**, diz pesquisa. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/11/16/acesso-a-internet-cresce-no-brasil-e-chega-a-84percent-da-populacao-em-2023-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 04 de junho de 2024.

PIASSI, L. P.; RAMALHO, M. F. Ficção científica e ensino de ciências: uma análise de potencialidades. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 327-340, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/dLJHkBSMQHQ4YYhZQmPNT5s/?format=pdf>. Acesso em: 01 ago. 2024.

LINSIGEIN, Luana von. **Mangás e sua utilização pedagógica no ensino de ciências sob a perspectiva Cts.** Ciência & Ensino (Online), V. 1, P. 1-9, 2007.

OSÓRIO, L.C. **Adolescente hoje.** 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992

OLIVEIRA, Rosane de Machado. Literatura Infantil: A Importância no Processo de Alfabetização e Letramento e no Desenvolvimento Social da Criança. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano 02, Ed. 01, Vol. 13, pp. 375-394 Janeiro de 2017 ISSN:2448-0959

RAMALHO, Bentânia Leite. Reflexões sobre o ensino e o exercício da docência no ensino superior. **ForGRAD em revista**, Vitória, n. 1, p.26-32, 2006.

SANTOS, Tânia Cristina Alves dos; RODRIGUES, Karen Lúcia Abreu. Impactos das redes sociais em relação à autoestima e autoimagem. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 3, p. 851-862, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8724>. Acesso em: 22 jan. 2024

SILVA, Samantha de Assis. **Os animes e o ensino de ciências.** Instituto de ciências biológicas Brasília/DF. p.01-2012.2011.

SHIMIZU, Akane. **Mangár-cells at Work!**.p.01-12.2018.

SILVA, Márcia Regina do Vale. A leitura: desafios para a prática pedagógica. **Revista ABC Educativo.** São Paulo. Ano 6, n.43, p.28, março, 2005.

SILVA, Maria da; ALMEIDA, João. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v.

47, e235612, 2021. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ep/a/S9zvG4xBxKfkjtZhXNR3ZLL/?lang=pt>. Acesso em: 01 ago.  
2024.

SILVA, Ana Flávia de Sousa; JAPUR, Camila Cremonesi; PENAFORTE, Fernanda Rodrigues de Oliveira. **Repercussões das redes sociais na imagem corporal de seus usuários: revisão integrativa**. Psicologia: Teoria e pesquisa, v. 36. (2021).

SCHÖN, Donald. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SNYDERS, Georges. **Pedagogia progressista**. Coimbra: Almedina, 1974.

SNYDERS, Georges. **La actitud de izquierda en pedagogia**. México: Cultura Popular, 1979.

SNYDERS, Georges. **Pedagogias não-directivas**. In: SNYDERS, Georges; LÉON, Antoine.

SNYDERS, Georges. **Para onde vão as pedagogias não-diretivas?** 3. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

GRÁCIO, Rui. **Correntes actuais da pedagogia**. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. p. 13-38.

SCHILDER, Paul. **Definiu a autoimagem como a representação mental do nosso corpo, que pode ser influenciada negativamente pela exposição a padrões de beleza irreais**. In: CONGRESSO DE PESQUISA DA UNICAMP, 2021, Campinas. Anais [...]. Campinas: Unicamp, 2021. Disponível em: <https://www.prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2021P18816A36343O393.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura**. 6. ed. Porto Alegre: Arte Méd, 1998

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. NERY, Maria Carla Moutinho. **Vulnerabilidade digital de crianças e adolescentes: a importância da autoridade parental para uma educação nas redes**. In: EHRHARDT JR., Marcos; LOBO, Fabíola (orgs.). Vulnerabilidade e sua compreensão no direito brasileiro. Indaiatuba: Foco, 2021, p. 133-147

VIANA, Lázaro Rennan de Sousa. **O uso do mangá como material de ensino de História do Japão: Uma análise da veracidade na obra Rurouni Kenshin**. Universidade de Brasília Instituto de Letras Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução. Disponível em [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/5821/1/2013\\_L%C3%A1zaroRennandeSousaViana.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/5821/1/2013_L%C3%A1zaroRennandeSousaViana.pdf). Acesso 29/05/2019. Brasília, 2013

ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, R. (Org.) **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 107-123, 1986

ZILBERMAN Regina & LAJOLO Marisa. **A Formação da Leitura no Brasil**. Editora Ática, 1985.

Revista Escola de Governo de Alagoas  
2ª Edição – Vol.1 – 2024

**EGAL**  
Escola de Governo do  
Estado de Alagoas



WOLF, Naomi. **O mito da beleza: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres.** Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018